

Reflexão sobre a Crise

À semelhança do que aconteceu em outros momentos centrais para o futuro do país, a ACEGE - Associação Cristã de Empresário e Gestores -, decidiu tornar pública uma reflexão sobre a crise que assola Portugal e o futuro que deve ser construído.

POR ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE EMPRESÁRIOS E GESTORES

1 O facto do Estado português ter chegado a uma situação de insolvência significa que o seu modelo não é sustentável. Se Portugal não tiver ajuda externa, o Estado social faliu. Se Portugal tiver ajuda externa, terá de recriar o Estado social para o poder manter. A defesa do Bem Comum, da coesão social e dos mais desprotegidos implica enfrentar esta questão.

2. Igualmente, a economia portuguesa não cresce há uma década. Sem crescimento económico, a degradação do Estado social e o agravamento do desemprego e da pobreza serão uma inevitabilidade e a capacidade para pagar eventual empréstimo externo uma perigosa incerteza.

A prioridade do crescimento económico não decorre de uma visão materialista ou economicista, pelo contrário, é condição necessária de defesa do Bem Comum.

3. Sendo inevitável recriar o modelo económico e social, esta redefinição deve ser inspirada nos valores do humanismo cristão, corporizado na doutrina social católica e nos seus princípios nucleares: dignidade da pessoa humana, bem comum, subsidiariedade e solidariedade.

Impõe-se um novo pensamento transformador sobre a realidade, um pensamento *neo-social*, seja por contraposição ao pensamento *estatista* que nos bloqueou e assistiu à insolvência do Estado social, seja por contraposição ao designado pensamento neo-liberal, que poderá permitir soluções de eficiência

económica mas não valoriza na justa medida a centralidade da pessoa humana e do sofrimento social na acção política.

O pensamento *neo-social* radica na redefinição do contrato social e do próprio Estado social, em ordem à sustentabilidade de um modelo de sociedade fraterno e justo. Exige uma abertura de espírito para a mudança dos actuais paradigmas, seja ao nível da organização, funções e financiamento do Estado, seja no plano da responsabilidade individual e da sociedade civil.

As políticas sociais insustentáveis e insolventes são gravemente enganadoras dos povos e constituem uma falta de respeito sobretudo pelos mais vulneráveis e que mais confiaram na protecção que lhes foi prometida. Por outro lado, como se tem comprovado, tais políticas são altamente lesivas das gerações mais novas, para as quais se estão a transferir custos injustos e uma enorme insegurança quanto a níveis futuros de protecção social.

4. A actual crise portuguesa coloca uma emergência individual, uma emergência económica, uma emergência social e uma emergência política. A emergência individual é a principal emergência. Em primeiro lugar, todos os portugueses são chamados a uma única atitude: *depende de mim*. Com esta atitude deixaremos a crise. Em segundo lugar, a fé cristã reclama de cada um de nós que saibamos ser felizes nas dificuldades, agradecendo tudo quanto temos e tomando os outros como a nossa prioridade. Para um *cristão íntegro*, todos os momentos são momentos de esperança e de serviço. Em terceiro lugar, é imperativo o compromisso pessoal com os valores da ética cristã. Na sua encíclica social, *Caridade na Verdade*, o Papa Bento XVI resume este compromisso:

O grande desafio que temos diante de nós — resultante das problemáticas do desenvolvimento neste tempo de globalização, mas revestindo-se de maior exigência com a crise económico-financeira — é mostrar, a nível tanto de pensamento como de comportamentos, que não só não podem ser transcurados ou atenuados os princípios tradicionais da ética social, como a transparência, a honestidade e a responsabilidade, mas também que, nas relações comerciais, o princípio de gratuidade e a lógica do dom como expressão da fraternidade podem e devem encontrar lugar dentro da actividade económica normal. (CV nº 36)

Finalmente, os líderes empresariais, com os talentos que Deus lhes deu, são um dos principais *fatores de esperança* para milhões de pessoas e para o futuro colectivo. Nunca tantos esperaram tanto dos líderes empresariais. Alguns de nós ficarão pelo caminho, batidos pelas circunstâncias, mas no conjunto não vamos vacilar. Pedem-nos mais competência, mais energia, mais exigência, mais generosidade, mais confiança. É isso que nos é pedido, é isso que daremos.

5. A emergência económica exige escolhas públicas e escolhas privadas de grande alcance.

Como a ACEGE vem dizendo há vários anos, o desperdício do Estado, principal origem do défice orçamental e do nosso endividamento público, contribui decisivamente para a anemia da nossa economia e para as duas chagas maiores da nossa sociedade, o desemprego e a pobreza. A estas chagas, soma-se outra consequência da crise: uma nova vaga impressionante de emigração, que alguns estimam já como a *segunda maior vaga de emigração* da nossa História, a qual, além do mais, leva consigo



inúmeros jovens portugueses altamente qualificados.

Para voltarmos ao crescimento económico que nos permita reduzir o desemprego, sustentar políticas sociais e pagar as dívidas que, como povo, temos, é essencial reduzir o custo do Estado, libertar recursos para as famílias e para as empresas e reorientar as prioridades das políticas públicas.

Assim, a defesa do Bem Comum passa pela reforma do Estado, concebida seriamente e executada com sentido social. Impõe-se a *reforma social do Estado*.

Em primeiro lugar, uma reforma profunda, com verdadeira liberdade de reestruturação dos serviços e dos organismos públicos, bem como do sector empresarial do Estado, sem condicionamentos político-partidários ou corporativos ilegítimos, visando ganhos de eficiência e reduções de custos prefixados, tal como se aplicaria a qualquer organização em situação de insolvência como aquela em que o Estado português se encontra.

Em segundo lugar, esta reforma deve ser feita com respeito pelos funcionários públicos, consagrando políticas que visem quer a dignificação do exercício de funções públicas, quer sistemas de incentivos que interessem os funcionários públicos na redução da despesa pública, quer a protecção possível do emprego e medidas compensatórias e de reintegração especialmente favoráveis em caso de perda do emprego por efeito de reestruturação.

A *reforma social do Estado* tem fundamento em princípios de justiça social:

I. Primeiro, o direito a exigir uma correcta afectação dos recursos públicos é um direito fundamental, não podendo ser negado aos cidadãos, por bloqueios político-partidários ou corporativos, que o Estado seja gerido com a mesma eficiência com que são geridas as organizações da sociedade civil;

II. Segundo, é justo e solidário haver um equilíbrio de direitos, de obrigações e de riscos entre os portugueses que trabalham no sector público e os portugueses que trabalham no sector privado;

III. Terceiro, não é justo nem solidário exigir aos trabalhadores portugueses do sector privado, sujeitos aos riscos do desemprego e principais pagadores do custo do Estado, que suportem, com mais impostos, custos públicos que não sejam necessários;

IV. Quarto, é justo e solidário dar uma resposta socialmen-



O FACTO DE O ESTADO PORTUGUÊS TER CHEGADO A UMA SITUAÇÃO DE QUASE INSOLVÊNCIA SIGNIFICA QUE O SEU MODELO NÃO É SUSTENTÁVEL, TORNA INEVITÁVEL RECRIAR O MODELO ECONÓMICO E SOCIAL ACTUAL. UM MODELO QUE DEVERÁ SER CONSTRUÍDO COM BASE NOS VALORES DO HUMANISMO CRISTÃO, CORPORIZADOS NA DOCTRINA SOCIAL CATÓLICA E NOS SEUS PRINCÍPIOS NUCLEARES

te inclusiva e generosa aos efeitos de uma reforma com esta dimensão;

V. Quinto, na linha de insustentabilidade em que o Estado português se encontra, a alternativa à *reforma social do Estado* é a redução sucessiva dos salários da Função Pública e das prestações sociais e/ou o agravamento dos impostos.

6. Ainda no plano das políticas públicas, uma *Educação para a economia*. As limitações da nossa competitividade resultam, em boa medida, dos baixos níveis médios de educação da nossa população. Portugal tem de fazer escolhas num quadro exíguo de meios e o esforço para recuperar o atraso estrutural em termos de educação, muito especialmente ao nível do ensino secundário, deve merecer prioridade.

7. No plano das escolhas privadas, a emergência económica reclama, sobretudo, a responsabilidade pessoal e social dos líderes empresariais.

A ACEGE coloca à consciência dos líderes empresariais alguns critérios orientadores:

I. Utilizar o despedimento como último recurso e, na sua inevitabilidade, ponderar critérios de natureza social nas escolhas a fazer;

II. Pagar o salário mínimo mais elevado possível, de modo a retirar da pobreza aqueles que integram cada comunidade empresarial;

III. Diagnóstico social interno, para conhecimento das situações familiares dos colaboradores mais carenciados, construindo sistemas internos de solidariedade, abertos a todos os colaboradores, de preferência confidenciais;

IV. Pagamento pontual aos fornecedores, entendido como o *mínimo ético empresarial*, de modo a evitar constrangimentos de liquidez nas outras empresas, em especial nas mais pequenas;

V. Pagamento dos impostos, os quais, sendo desproporcionados, são, todavia, essenciais para superarmos, como povo, esta crise;

VI. Não tirar partido, em circunstância alguma e sob nenhuma forma, da insegurança dos trabalhadores, respeitando os seus direitos legais e contratuais;

VII. Estudar e apostar em novas estratégias de acção e novos mercados, bem como alargar âmbitos de cooperação e entreajuda empresarial, regional ou sectorial.



8. Uma matéria essencial deve merecer particular compromisso: o pagamento dos impostos. O não pagamento de impostos constitui uma conduta ilegal e de *profundo egoísmo*, fazendo recair noutros a parte que a cada um cabe no encargo social da crise. Confirmando-se que a economia paralela representa 25% da riqueza produzida em Portugal, uma resposta honesta a esta questão é angular para uma *partilha social justa* dos sacrifícios que se mostram necessários.

9. Igualmente, constitui orientação clara para todos os líderes empresariais, também de pequenas e médias empresas, equipar as suas organizações com políticas estruturadas de responsabilidade social. As políticas de responsabilidade social são um *bem comunitário* extraordinário e não são uma obrigação apenas das grandes empresas, mas de todas as empresas.

Na perspectiva da relação da empresa com a comunidade, é um dever moral dos produtores de riqueza cruzarem as suas organizações com o sofrimento social, assim dando respostas a quem mais precisa e dando oportunidade a todos os seus colaboradores de darem e de se darem.

Na perspectiva da relação da empresa com os seus “stakeholders” – colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas e comunidade – os líderes empresariais cristãos não devem temer introduzir no ideário empresarial o princípio do amor ao próximo. Significa tratar os outros como gostaríamos de ser tratados se estivéssemos no lugar deles. É o melhor guia para uma boa gestão.

10. Neste âmbito, a relação com os trabalhadores deve merecer um empenhamento motivado pela dimensão humana e humanizante do trabalho:

O espírito empresarial, antes de ter significado profissional, possui um significado humano; está inserido em cada trabalho, visto como «actus personæ», pelo que é bom oferecer a cada trabalhador a possibilidade de prestar a própria contribuição, de tal modo que ele mesmo saiba trabalhar “por conta própria”» (CV 41)

11. A emergência social reclama cuidado absoluto, devendo-nos concentrar em políticas que assegurem a coesão do nosso frágil tecido social.

Neste âmbito, a ACEGE repudia políticas de ajustamento dos nossos desequilíbrios macroeconómicos e de satisfação das exigências dos nossos credores internacionais que impliquem redução das prestações dos portugueses que já vivem abaixo do limiar da dignidade humana. Os líderes empresariais cristãos devem empenhar-se firmemente no *espaço cívico* de modo a contribuir com alternativas que evitem medidas daquela natureza, desde logo, se necessário, acolhendo como privação temporária impostos excepcionais sobre os que mais têm, pessoas ou empresas, de modo a proteger quem já passa fome.

12. A presente crise social, que será grave e prolongada, exige igualmente uma nova estratégia do Estado em articulação com a Igreja Católica. A Igreja Católica é a *maior história de amor* de Portugal e, na linguagem moderna, é o maior empreendedor social português. Igualmente, todos os esforços que os líderes empresariais possam fazer em benefício e em articulação com a Igreja Católica e as suas múltiplas organizações, devem fazê-lo com carácter de prioridade.

Por fim, a protecção da Família deve estar no centro das preocupações dos líderes empresariais cristãos. Numa crise grave,

cada trabalhador é ele e a sua circunstância familiar. Num tempo de vulnerabilidade social, contribuir *especialmente* para o equilíbrio de vida dos colaboradores e para a sua disponibilidade para as suas famílias é contribuir para o Bem Comum.

13. Portugal tem uma emergência política. À luz da ética cristã, a situação dramática em que o povo português se encontra também tem raízes na grave violação de deveres ético-políticos. O centro vital da ética cristã é o Amor. Se há Amor, a seriedade, a competência, o sentido de Estado, a prudência serão consequências. O Amor não ilude, não manipula, não falta à verdade. O Amor é prudente e responsável. O Amor é corajoso. O Amor serve, não se serve. O Amor não coloca os interesses pessoais de carreira política ou de preservação do poder acima da protecção do interesse de todos.

Os meios mediáticos hoje disponíveis e o avanço das técnicas de manipulação de massas tornam a violação dos deveres ético-políticos ainda mais grave e mais perigosa para o Bem Comum.

A crise da Política radica, antes de tudo, numa falha de fundo, nunca falada: a lógica do Poder impede a lógica do Amor e há uma conformação generalizada dos povos de que é essa a natureza das coisas.

14. A ACEGE acompanha o clamor civil por um entendimento político alargado e estratégico que proteja Portugal dos riscos tremendos que está a correr e que nos proteja, como povo, das nossas próprias incapacidades e fraquezas.

Todavia, a ACEGE não acompanha ilusões inúteis. Não basta um governo maioritário para resolver os problemas nacionais. O desafio dos próximos anos exige um governo não só maioritário, mas sobretudo coeso. Sem coesão programática, um *verdadeiro compromisso histórico*, e sem coesão entre governantes, com genuíno espírito de diálogo e de serviço, um futuro governo, mesmo maioritário, será um logro passageiro.

15. Acrescidamente, para que este caminho difícil seja percorrido com sucesso, é preciso, como algo que jorra da consciência pessoal, um *exemplo avassalador* por parte do Estado, dos governantes e de todos os líderes sociais, que legítima e inspire os sacrifícios que serão pedidos ao povo português. Uma vez mais, Bento XVI é lapidar:

O desenvolvimento é impossível sem homens rectos, sem operadores económicos e homens políticos que sintam intensamente em suas consciências o apelo do bem comum. (CV 71)

16. A emergência política impõe uma última interpelação. Portugal sofre de uma *longa doença prolongada*: a dependência do Estado. Esta doença alimenta o *medo português*, bloqueia o nosso dinamismo e é o *caldo cultural* onde nascem as más políticas públicas.

Os líderes empresariais têm aqui uma particular responsabilidade política na defesa do Bem Comum: é essencial uma elite empresarial sem dependência do Estado, construindo na sociedade civil uma voz de liberdade, de exemplo ético e de resultados sociais capaz de defender a sociedade portuguesa desta sua fragilidade.

17. Por fim, continuemos a prestar serviço à verdade, confiando e entregando esta circunstância a Deus. Portugal é Terra de Santa Maria, todos os nossos grandes momentos foram atravessados e dedicados a Nossa Senhora. Pedindo nos será dado. Por menos científico que este factor possa parecer, ele é verificável de modo marcante nas nossas vidas. ::